

Ata nº78

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, na sala da Junta de Freguesia, onde funciona a ADCA, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha, presidida por Duarte José Faria Vilar de Figueiredo e com a presença dos seguintes elementos: Eduardo Alberto Lima Torres, Domingos Sampaio Pereira, Lúcia Silva Marinho, Vera Isabel Couto Amorim, Manuel Fernando Lima Damião, José Manuel Neiva, Ricardo Nuno de Sá Rego e José Filipe Correia da Silva. Também estiveram presentes: Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos, José Carlos Oliveira Gonçalves e Ana Sofia Lima Novo, do corpo executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte: **ponto um:** Período antes da ordem do dia; **ponto dois:** Informações do Presidente; **ponto três:** Apresentação, discussão e votação das Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2016; **ponto quatro:** Apresentação, discussão e Votação do Plano de Actividades Plurianual, Mapa de Pessoal e Orçamento para o Ano 2016.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação, com duas abstenções por não participação na mesma, da ata nº 77, respectiva à sessão anterior. O Presidente da Assembleia de Freguesia, Duarte Figueiredo, procedeu aos normais procedimentos de substituição de membros da Assembleia, conforme registos, bem como deu conta das comunicações recebidas (correio).

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos ("Período antes da ordem do dia") houve três inscrições: Ricardo Nuno de Sá Rego, Lúcia Silva Marinho e José Filipe Correia da Silva.

Ricardo Rego, iniciou a sua intervenção aproveitando para desejar boas festas a todos e anunciar que aquela seria a sua última intervenção na assembleia pois pretendia terminar ali o seu mandato. Reportou e inquiriu o executivo sobre a existência de salários em atraso aos funcionários da Freguesia, sendo que esta situação, sempre preocupante, assume durante este período de festas que atravessamos, uma dimensão ainda mais grave. Disse não compreender a situação na medida em que há verbas a ser transferidas da Câmara e do Fundo Financiamento Freguesias, que poderiam servir para pagar os salários. Referiu também a existência de dívidas para com a Segurança Social.

Filipe Silva, questionou o Executivo sobre qual a estratégia para saldar a dívida à Segurança Social, solicitando uma resposta concreta. Mais perguntou sobre a forma como se procede às inumações do cemitério, perguntando a quem era pago o valor dessas inumações (220 euros). Mais referiu querer saber quem pagava ao coveiro e quem passa o recibo do serviço.

Lúcia Marinho interviu para elogiar a audácia do executivo que se aproxima da realidade, não vivendo de megalomanias. Note-se, disse, em 2009 havia um orçamento de 431 000 euros, e hoje apresenta-se um orçamento de 159 000 euros. Questionou o que mudou desde então: os recursos humanos, menos obra, mais dívida? Estamos perante um contexto de gestão muito difícil. Para terminar a sua intervenção, solicitou ainda esclarecimentos sobre o problema do lixo existente no contentor do centro cívico devido ao uso deste pelo Centro Social Paroquial.

Tomou a palavra o Presidente da Junta, Rui Matos, que começou por agradecer à direcção da ADCA e ao Sr. José Reis, pelo esforço concertado para permitir a realização da Assembleia. Endereçou ainda uma saudação e rápidas melhoras para a ausente, por motivos de doença, Catarina Portela.

Passou de imediato a responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia. Disse que não havia dois meses de salários em atraso e que o ideal era que isto nunca acontecesse, fosse qual fosse a quadra ou o momento do ano que vivêssemos. Disse que de facto tinha havido um problema de tesouraria motivado por uma situação anormal com um fornecedor que, sem cumprir a sua palavra, descontou valores em datas diferentes das combinadas. Disse ainda que há dois anos a esta parte que não há deliberações substanciais da Câmara para a Junta, sendo que enalteceu a ajuda da Câmara nesta fase, informando até que na passada quinta-feira tinha sido deliberada uma verba para Vila Nova de Anha, pelo Executivo Municipal.

Sobre as questões colocadas pela Lúcia Marinho, reiterou o facto de haver essa disparidade de valores entre 2009 e 2016, mas que em política às vezes existe esse problema. Disse ainda que numa situação idêntica à vivida agora, de dificuldades financeiras no executivo, outros, no passado, tinham já abandonado o barco. Mais informou que a cada dia se convence mais que há determinados assuntos, privados da junta, que são discutidos na praça pública, mesmo antes que sejam do seu conhecimento, pelo que tomaria a devida nota disso e agiria em conformidade. Mais informou que há transparência na junta e não importa esconder que parte da receita da junta está penhorada. Sobre a Segurança Social, reconheceu a existência da dívida e disse que ao abrigo da Lei, se solicitou o seu pagamento em prestações. Sobre o cemitério, informou que o valor das inumações é pago pelo responsável do pedido. O valor de 220 euros é pago ao coveiro. Este, pelo serviço prestado, do valor cobrado, entrega por cada uma das inumações, 60 euros à Freguesia, sendo que todos estes movimentos são alvo de registos contabilísticos. Sobre o problema do contentor, e sobre os abusos que foram denunciados à Junta por diversos moradores, que diziam que este era sempre cheio pelos serviços do Centro Social, informou que, diligentemente, entrou em contacto com o Centro Social dando conta do problema. Resolveu com os SMSBVC o problema e estes disponibilizaram um contentor adstrito à Instituição. Disse ainda que terminou nessa fase a intervenção da Junta, na medida em que o próprio Centro Social disse que trataria do assunto, sendo certo que era obrigação da Instituição ter esse serviço em funcionamento. Se ainda não estava, não era responsabilidade do Executivo.

No **ponto dois** da ordem de trabalhos (“Informações do Presidente”) – (Anexo 1), o Presidente, para além de sublinhar alguns dos pontos do documento distribuído aos membros da Assembleia e demais presentes, realçou os aspectos mais importantes do referido documento. Agradeceu a ajuda e o empenho dos Anhenses, Manuel da Neta, Eduardo Torres, José Manuel Neiva e Sr. Deira, no contributo valioso que prestam à Freguesia, ajudando em muitas tarefas o Executivo. Realçou os alargamentos na Rua da Padela, Rua do Barroco. Agradeceu publicamente e enalteceu o trabalho e o envolvimento do Presidente da Assembleia de Freguesia no que concerne à execução da ecovia que liga o Cabedelo ao Rodanho. Afirmou que o trabalho árduo de negociação e execução de acordos de pagamento tem como o objectivo único de reduzir ao passivo. Falou ainda sobre a homenagem prestada na biblioteca Maria Augusta Alpuim, a Maria Augusta Alpuim, onde enalteceu o trabalho

do anterior Presidente da Junta, José Augusto São João e Professor Sá, cessante Presidente da Mesa da Assembleia. Finalizou referindo que é na adversidade que se confirma quem são os mais preparados

Ricardo Rego usou da palavra para rectificar o Presidente, dizendo que não há fuga de informação nenhuma. Disse ainda ser falso não haver deliberações por parte de Município há dois anos. Perguntou afinal qual era o objetivo: Avançar com obras sem deliberação e continuar a juntar injunções? Ao contrário do que disse o Presidente elas não diminuíram. Disse mais, a junta de freguesia anda a executar recuos de muros em obras ilegais, que supostamente teriam que ser os proprietários a fazer, gastando a junta verbas avultadas.

No que diz respeito ao **terceiro ponto** da ordem de trabalhos (“Apresentação, discussão e votação das Tabelas de Taxas e Licenças para o ano 2016”) – (Anexo 2), para além de elencar os principais pontos do documento alvo de análise por parte da Assembleia de Freguesia, o presidente do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha informou que, na generalidade, transitavam do ano anterior os valores relativos à Tabela de Taxas e Licenças.

Para este ponto inscreveu-se um membro da Assembleia: Ricardo Nuno de Sá Rego e José Filipe Correia da Silva.

Na sua intervenção, o deputado Ricardo Rego abordou as taxas de inumação, dizendo que estas estão em desacordo com o Regulamento. Disse que devia aplicar-se o regulamento e que se assim não for, estamos a cometer ilegalidades. Falou ainda sobre a isenção de taxas, dizendo que tem que haver fundamento por parte do executivo para que sejam autorizadas essas isenções. Realçou e questionou as diferenças entre inumações em período normal e período da noite, bem como realçou que as taxas de canídeos estão definidas por Lei.

Filipe Silva, sobre este ponto, disse que o mesmo tinha uma série de incongruências. Pelo que, em nome do Partido Socialista, apresentava um requerimento (anexo a esta acta) a solicitar à Junta de Freguesia um conjunto de informações relativos à actividade do cemitério, ao nível de taxas, relativos ao exercício de 2015.

O Presidente da Junta de Freguesia Rui Matos respondeu afirmando que toda a actividade do cemitério e respetivos alvarás de atribuição são registados em livro próprio. Disse que no mais breve curto espaço de tempo, prestaria todas as informações solicitadas pelo requerimento do Partido Socialista. Sobre a Tabela de Taxas e Licenças, disse que decorre da própria Lei a aplicação das taxas, com os valores refletidos no documento. Sobre as isenções, disse que estavam definidos os critérios de atribuição das mesmas, pelo regulamento que aprovamos nesta sede de Assembleia de Freguesia. Sobre o coveiro, explicou que a responsabilidade laboral é do mesmo, sendo que contra a entrega do valor por cada funeral, a junta de freguesia emite o correspondente recibo da referida receita. Quanto ao demais é problema do coveiro e das funerárias.

Após as intervenções procedeu-se à votação das Tabelas de Taxas e Licenças que foram aprovadas com dois votos contra e sete votos a favor.

O Partido Socialista apresentou um requerimento à mesa, subscrito pelo eleito Ricardo Rego, que se anexa.

No que concerne ao **quarto ponto** da ordem de trabalhos (“Apresentação, discussão e Votação do Plano de Atividades Plurianual, Mapa de Pessoal e Orçamento para o Ano 2016”) – Anexo, o presidente do executivo da Junta de Freguesia, depois de fazer a apresentação das principais linhas estratégicas do Plano de Atividades para 2016, referiu que o orçamento é uma previsão baseado muito nas receitas próprias e é um documento político, carregado de ambição mas contido e a apostar em duas vertentes: A consolidação das contas públicas, pelo abatimento da dívida a fornecedores e melhor gestão das despesas correntes, bem como continuar a aposta nas actividades culturais, apoio a associações e uma constante e permanente atenção à manutenção do edificado da Freguesia. Afirma também que o saneamento financeiro vai ser uma aposta dentro das possibilidades. Refere também que o quadro de pessoal se vai manter, excepto a reforma prevista da Sra. Maria da Conceição, que passará à aposentação em Abril de 2016.

Para este ponto inscreveu-se Ricardo Nuno de Sá Rego.

O deputado Ricardo Rego disse que o caminho que sempre falou não é o caminho que fala o Presidente, Referiu que se as obras de saneamento forem feitas em 2016, seria ótimo. Disse ainda querer saber mais sobre o protocolo com a Associação Musical, dizendo que o mesmo deveria ter sido trazido à Assembleia, por forma a serem acauteladas dúvidas que o mesmo lhe suscita. Falou ainda que foi retirada do orçamento rubrica/verba para a ADCA. Por isso, conclui que deve haver outra estratégia para a resolução do problema do complexo desportivo. Dado que não há nada de concreto, é necessário a Junta dizer o que pretende fazer. Realçou que discordo de dois ou três aspectos, nomeadamente quanto à estratégia relativa à Saúde bem como deixou vincado ser adepto do cumprimento da Lei dos Compromissos.

Em seguida, procedeu-se à votação do Mapa de Pessoal que foi aprovado por unanimidade; o Plano de Actividades foi aprovado com duas abstenções e sete votos a favor; o Orçamento foi aprovado com duas abstenções e sete votos a favor.

Dada por encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por aberto o período de intervenção do público presente. Neste período inscreveram-se os cidadãos: Conceição Lima e José Freixo.

A Sr.^a Conceição Lima perguntou como estava planeado o saneamento para a Rua das Camboas, desde a Porta do Sr. José Reis até ao Inocêncio. Pois este problema grave dura há muitos anos e tem sido recorrente os seus vizinhos despejarem as fossas para a Rua, abrindo quezílias e problemas entre vizinhos, com queixas à GNR.

De seguida o Sr. José Freixo dirigiu-se ao Presidente da Junta para lhe explicar o problema da cave do Complexo Desportivo e da ADCA. Disse que tem que se resolver o problema, mas que está difícil. Queixou-se que foram excluídos da organização da “Prova do Triângulo”; que lhe foi retirada pela junta a Internet, sabendo que o presidente da junta lhe disse que a mesma só poderia ser utilizada em horário de expediente e registou com agrado o agradecimento da Junta pela cedência da sala

para a realização desta assembleia. Fez uma série de afirmações em tom acusativo ao Presidente, dizendo que este era responsável pela difusão de uma informação que a utilidade pública da ADCA tinha sido rejeitada, que o Presidente refere nas suas informações que se fizeram reparações nas escolas e que ele não via nada.

Face a esta ultima intervenção, usou da palavra o Presidente da Assembleia de Freguesia, que deixou um apelo. Pediu união entre as instituições, em prol do bem comum e da comunidade. Referiu a importância de todos assumirem as suas responsabilidades, sem que seja necessário cada um exercer o seu poder que é efémero. Tem que haver bom senso e diálogo, de forma a evitar e criar melindres que possam beliscar as relações institucionais. Pediu ainda, para que se usassem as mesmas instituições para potenciar as capacidades da freguesia e elevar cada uma das suas associações em particular e o todo da freguesia em geral. Fez votos para que assim fosse, dizendo que enquanto Presidente da Assembleia, lhe cabia a função de ser aglutinador de vontades.

O Presidente da Junta de Freguesia respondeu à Sra. Conceição Lima que estão a ser envidados todos os esforços para solucionar este problema, sendo que assegurou que sabe da existência de contactos entre os SMSBVC e os moradores na tentativa de resolver o problema.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Duarte José Faria Vilar de Figueiredo)

A Primeira Secretária

(Lúcia da Silva Marinho)

O Segundo Secretário

(Domingos Pereira)